

argumentação sobre a relação entre o poder do Estado, a liberdade religiosa e os direitos humanos.

Hutchinson fecha o último capítulo da obra, “E vós, quem dizeis que eu sou?”, de uma forma acertada, por abordar um tema essencial: a discussão sobre o Jesus histórico e o Cristo da fé. Dedicando 28 páginas, um dos maiores capítulos, fundamenta toda sua argumentação anterior. Se o Cristianismo foi a fonte de tantos benefícios humanitários, faz sentido buscar a sua origem, isto é, o próprio Jesus Cristo. O autor soube condensar adequadamente todo o início da discussão sobre o Jesus histórico, questão que veio a ser reaberta pelos comentários “críticos” do famoso e polêmico comitê *Jesus Seminar*, cujos inícios remontam ao ano de 1985 e cujos critérios são atualmente questionáveis. É uma discussão árdua, pois, por vezes, os mesmos textos utilizados para negar a historicidade de Jesus também comprovam sua existência, dependendo de como são anali-

sados. O fato decisivo — bem argumentado por Hutchinson — é que ninguém, ou bem poucos, se converte ao Cristianismo por estudar tais casuísticas criteriológicas, mas sim por reconhecer em Jesus Cristo o Filho de Deus, o Salvador. Um terço da Humanidade O legitima porque O conhece e confia n’Ele.

O grande contributo da obra é condensar num único livro várias questões polêmicas acerca da Bíblia, com comentários sensatos e oferecendo uma bibliografia atual. Ao mesmo tempo, desfaz a ideia dos “dogmas científicos” em torno das Sagradas Escrituras, justamente aqueles que devem ser aceitos por todos, independentemente de sua credibilidade.

Atualmente, muitas vozes têm se oposto à obrigatória aceitação do politicamente correto e, mister, no âmbito dos estudos bíblicos. Eis aqui um bom exemplo.

*Thiago de Oliveira Geraldo*  
(Professor no ITTA)

**FARRELL, Dominic. *The Ends of the Moral Virtues and the First Principles of Practical Reason in Thomas Aquinas*. Analecta Gregoriana 318. Roma: Gregorian & Biblical Press, 2012, 360p. ISBN: 978-88-7839-230-4.**

Redigida originalmente como tese apresentada à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Gregoriana em 2011, e dirigida pelo Pe. Kevin Flannery, SJ, esta obra mereceu o Prêmio Belarmino, a mais alta honraria conferida por esta instituição para condecorar as melhores dissertações do ano. O

Autor, nascido na Irlanda, é professor no Pontifício Ateneu *Regina Apostolorum*, Roma.

O trabalho, de fato, merece reconhecimento. Apesar de se tratar de um tema de fôlego, Farrell revela-se muito claro e metódico, delimitando a matéria com grande habilidade, além de suscitar o

desejo da leitura e ressaltar sua crucial importância. De resto, a metodologia científica é impecável.

O livro está dividido em duas grandes partes: 1) *A razão natural e o fim próximo das virtudes morais* e 2) *A razão natural, deliberação, e os fins comuns das virtudes morais*.

No início, o Autor fornece de modo adequado o *background* histórico da posição de São Tomás de Aquino acerca do tema. Devido à extensão da matéria e sua respectiva abordagem de modo variegado tanto pela Filosofia Antiga quanto por aquela do início da Idade Média, Farrell se restringe ao contexto teológico do século XIII, em particular através dos comentários à *Ethica Nichomachea*, como o *Super Ethica* de Alberto Magno (além de outras obras), mas também a *Summa aurea* de Guilherme de Auxerre e a *Summa de bono* de Filipe, o Chanceler.

Após dar um apanhado acerca da concepção tomista sobre a razão natural e os fins das virtudes morais, o Autor divide a discussão a partir de uma cronologia das obras do Doutor Angélico que tratam mais detidamente do presente tema: *Scriptum super Sententiis*, de *Summa Theologiae* (IIa-IIae) e *Sententia libri Ethicorum* (em particular, se este escrito representa uma mudança de opinião da parte do Aquinate ou uma continuidade).

A primeira parte conclui-se com uma visão de conjunto dos comentaristas de São Tomás, como Caetano (e

sua “ambígua descrição sobre a *sindérese*” — p. 149), Ramírez e outros, os quais atestam, em síntese, que existem fins das virtudes morais que são naturalmente conhecidos. Mas percebe-se facilmente que o objetivo do Autor é ressaltar a existência de uma conexão entre lei natural, *sindérese* e virtudes morais.

A segunda parte está subdividida em três capítulos: um sobre a ordem do amor, outro acerca de nosso conhecimento natural de Deus e, por fim, um a respeito do Decálogo.

Este último capítulo é particularmente interessante e central, pelo que nos deteremos nele com mais atenção. Aqui o Autor fornece um panorama inicial de como era concebido o Decálogo pelos primeiros cristãos, bem como Filo de Alexandria, os Padres da Igreja, sobretudo Santo Agostinho, em cuja tradição teológica o Aquinate apoia-se de modo especial. Curiosamente, ao contrário do que se pode pensar, os dez mandamentos não tinham um papel primário na catequese durante o período da Igreja Primitiva, embora fossem sempre reputados como uma expressão da lei natural (p. 264-265). Segundo o Autor, este silêncio se deve a dois fatores essenciais: 1) ao fato de que os cristãos não estão sob a lei de Moisés; e 2) para revelar que louvam o Dia do Senhor em lugar do Sabbath (*idem*).

Com uma vasta bibliografia de apoio, Farrell esmiúça os autores do século XII-XIII que trataram do assunto, atra-

vés de úteis tabelas ilustrativas. Análisa, por exemplo, a *Summa aurea* de Guilherme de Auxerre, relacionando cada mandamento com uma virtude cardeal e uma virtude mais específica. Neste último caso, é de se notar a curiosa relação entre o segundo e o oitavo mandamento: enquanto aquele trata de uma veracidade em relação a Deus, este se refere a uma veracidade em relação ao próximo (p. 279). Atrai igualmente a atenção a relação do decálogo com as diferentes partes da alma, idealizada por São Boaventura: o quarto e o quinto estão ordenados à parte irascível, o oitavo à parte racional, enquanto que a parte concupisível se volta para o sexto, sétimo, nono e décimo mandamentos (p. 280).

A formulação de São Tomás, presente na *Suma Teológica* (I-II, q. 100, a. 5), é eximamente elaborada. A divisão dos preceitos do decálogo se faz *in primo loco* por parte dos objetos: Deus (1<sup>o</sup>-3<sup>o</sup> mandamentos) e o próximo (4<sup>o</sup>, de modo *específico*, i.e. os pais, 5<sup>o</sup>-10<sup>o</sup> mandamentos, de modo *geral*). Em segundo lugar, visa a maneira de atuação de cada um, isto é, primordialmente, através de: *ações* (1<sup>o</sup>, 5<sup>o</sup>, 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup>), *palavras* (2<sup>o</sup> e 8<sup>o</sup>), *desejos* (3<sup>o</sup>, 9<sup>o</sup> e 10<sup>o</sup>) e o 4<sup>o</sup>, por sua vez, consiste no dever em dar aquilo que se deve (*omissões?*). Em seguida, os mandamentos são catalogados segundo os seus atos específicos.

Para o Aquinate, os mandamentos também estão listados conforme uma determi-

nada classificação ordenada (*S. Th.*, I-II, q. 100, a. 6). A razão teológica mais alta é inspirada pelo princípio de que tudo o que é derivado de Deus há de ser igualmente *ordenado* por Ele (p. 304; cf. Rm 13, 1). O Angélico desdobra sua argumentação neste particular. Em primeiro lugar, uma vez que o Sumo Ser é o fim da vida humana e da sociedade, contra Ele serão os atos mais gravemente desordenados (i.e., os três primeiros mandamentos). Em seguida, o Aquinate expõe a gravidade dos pecados perante os quais temos mais responsabilidade moral numa sociedade, ou seja, nossos pais (quarto mandamento). Em seguida, nosso tratamento em relação ao próximo pode assumir três formas em ordem decrescente de gravidade: por *ações* (5<sup>o</sup>: assassinato; 6<sup>o</sup>: adultério; 7<sup>o</sup>: roubo), por *palavras* (8<sup>o</sup>: falso testemunho) e por *desejos* (9<sup>o</sup>: mulher do próximo; 10<sup>o</sup>: propriedade do próximo) (p. 305).

A conclusão de Farrell é bipartida. Por um lado, revela que a metafísica tomista, neste âmbito, resiste às distorções interpretativas modernas e, por outro, como uma filosofia moral de viés ateu ou agnóstico, ou não consoante com a metaética, não pode fornecer uma explicação inteiramente coerente da ação humana, do livre-arbítrio e da virtude, e tampouco logra indicar o verdadeiro fim da virtude moral (p. 315).

*Felipe de Azevedo Ramos, EP*  
(Professor no IFAT)